

## Sobrevivência dos vaga-lumes na Vila Dique: reflexões sobre um planejamento urbano popular

The survival of fireflies in Vila Dique: reflections on “popular” urban  
planning

Ane Briske, Douglas Silveira Martini, Igor Nicolini, Nicole Brazeiro\*

### Resumo

O presente artigo estrutura-se em quatro partes. A primeira aborda brevemente o contexto histórico de luta por moradia e infraestrutura realizada pelos moradores da Vila Dique, bairro popular localizado na Zona Norte do município de Porto Alegre, capital do estado do Rio Grande do Sul. A segunda situa a luta pela permanência dos moradores no atual contexto de produção do espaço neoliberal da cidade, potencializado pelos grandes eventos esportivos. A terceira trata de elucidar o panorama atual dos processos de planejamento urbano, bem como os canais de participação já existentes em Porto Alegre, como o Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano e Ambiental (CMDUA) e o Orçamento Participativo (OP), buscando relacionar a atuação desses canais com o processo que vem ocorrendo na comunidade, onde moradores conjuntamente com o escritório modelo EMAV - Práticas Participativas Populares, da Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), e outros apoiadores, vêm dando corpo a um Plano Popular da Vila Dique. Discorreremos também sobre o que entendemos ser um planejamento urbano participativo ou excludente e sobre organização e registros em projetos de extensão. A última parte aborda a construção da metodologia adotada para elaborar a primeira etapa do que seria um plano popular de urbanização que consiste de um diagnóstico para o entendimento coletivo da comunidade, descrevendo os passos e as abordagens pedagógicas utilizadas com o objetivo de tornar as dinâmicas participativas mais inclusivas e representativas.

**Palavras-chave:** Planejamento urbano; participação popular; extensão popular

### Abstract

This article is structured in four sections. The first one briefly approaches the historical context of the fight for housing and infrastructure engaged by the residents of Vila Dique, a popular neighborhood located in the north area of the city of Porto Alegre, the capital of Rio Grande do Sul state. The second section places the residents' fight for permanence in the current context of neoliberal production of space in the city, increased by big events. The third part is about clarifying the current scenario of urban planning processes, as well as the means of participation that already exist in Porto Alegre, such as the City Council for Urban and Environmental Development (CMDUA) and the Participative Budgeting (OP), seeking to correlate the performance of these means with the process that has been occurring in the community, where residents, together with the architecture studio EMAV - Popular Participative Practices, from the School of Architecture of the Federal University of Rio Grande do Sul (UFRGS) and other contributors have been materializing a Popular Plan for Vila Dique. On this part, we also talk about what we understand to be a participative or an excluding urban planning and about organization and records in Extension Projects. The last section approaches the elaboration of a methodology adopted to make the first stage of what would be a popular urbanization plan, which consists on a diagnosis for the collective understanding of the community, describing the steps and the pedagogical approaches that are used with the objective of making the participative dynamics more inclusive and representative.

**Keywords:** Urban planning; citizen participation; “popular” extension.





## Introdução

O presente artigo é escrito por bolsistas[1] de extensão do EMAV[2]– Práticas Participativas Populares e busca compartilhar experiências vividas junto a uma comunidade popular, irregular e periférica de Porto Alegre, capital do estado do Rio Grande do Sul. Nossos principais objetivos são debater experiências de planejamento urbano que visam à ampliação da participação dos moradores nas decisões das políticas públicas do Estado e a debater estratégias de luta por permanência frente às remoções promovidas pelas grandes obras de infraestrutura urbana.

A ocupação da Vila[3] Dique tem relação direta com o fenômeno do êxodo rural, já que há poucas décadas, um contingente expressivo da população deixou a vida no campo para viver nas grandes metrópoles, ocupando de maneira irregular boa parte das periferias urbanas. Hoje a área que circunda a Vila é ocupada, em parte, por indústrias do setor secundário, empresas de logística e equipamentos de grande porte, como o Aeroporto Internacional Salgado Filho e o Centro de Abastecimento do Rio Grande do Sul (CEASA). Ao longo da década de 1990, através da organização e da grande mobilização da comunidade, uma série de políticas públicas e equipamentos urbanos foram conquistados, alguns dos resultados dessas mobilizações são: o Clube de mães Margarida Alves, a Unidade de Saúde Santíssima Trindade, a Creche Galpãozinho, conveniada à Prefeitura, a Unidade Recicladora Santíssima Trindade, a Padaria Comunitária Chico Pão e a Escola de Ensino Fundamental Migrantes.

Contudo, vem se consolidando desde 2005, por meio do Departamento Municipal de Habitação (DEMHAB), um discurso de remoção da comunidade. Pontuamos três dos principais argumentos embaladores



**Figura 1.** Cotidiano na comunidade. (Foto: EMAV, 2018)

1. Tendo sido escrito a muitas mãos, o artigo se comunica na primeira pessoa no plural, relatando experiências e discussões das quais todos e todas fizeram parte.

2. EMAV – Práticas Participativas Populares é um EMAU (Escritório Modelo de Arquitetura e Urbanismo) projeto de extensão universitária que tem como objetivo uma troca de saberes entre universidade e sociedade, complementando a graduação e afirmando um compromisso com a realidade social do Brasil, onde a assistência técnica em arquitetura e urbanismo é inacessível. O projeto dos EMAUs foi fundado pela FeNEA por volta dos anos 2000, atualmente existem dezenas desses projetos pelo Brasil. Alguns dos princípios dos EMAUs são: autonomia e autogestão, sem fins lucrativos, não-assistencialismo, multidisciplinaridade.  
Fonte:  
<http://www.fenea.org/projetos/EMAU>

3. “Vila” é um termo regionalista utilizado no estado do Rio Grande do Sul, mais especificamente na Região Metropolitana de Porto Alegre, para designar ocupações

irregulares. “Vila” tem o mesmo significado que favela, morro, quebrada ou os aglomerados subnormais como referido pelo IBGE.

de tal curso: o primeiro trata da questão da comunidade se localizar em uma área sujeita à inundação, configurando-se como área de risco; o segundo argumento trata da demarcação da comunidade como Área de Preservação Permanente no atual PDDUA de Porto Alegre; por último, ganha força a partir de 2008, a necessidade de remoção devido às obras de ampliação da pista do Aeroporto Salgado Filho para a Copa do Mundo de 2014.

Com a confirmação da Copa do Mundo e com a liberação de verba do Programa Minha Casa Minha Vida (MCMV), o município encontrou o cenário favorável para realocar cerca de 900 famílias para fora da comunidade, em um processo que retirou todos os equipamentos públicos e comunitários conquistados ao longo dos anos e resultou no bloqueio da principal via de integração da comunidade com a Av. Sertório (via arterial de ligação com o restante da cidade), pela construção de um muro de concreto.

O destino das famílias removidas foi o Residencial Porto Novo, localizado na região nordeste de Porto Alegre. As moradias foram primeiramente construídas com recursos do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento), mas posteriormente e em maior quantidade, com recursos do Fundo de Arrendamento Residencial para o MCMV. Além da decorrente desintegração espacial da comunidade pela remoção dos equipamentos e das infraestruturas, essa transferência significou uma ruptura com os seus antigos hábitos e laços afetivos cotidianos.

Segundo relatos de moradores, o novo loteamento não satisfaz as necessidades de parte da população, pois a configuração de habitações não comporta hábitos presentes na antiga comunidade (Figura 1). A impossibilidade de manter o trabalho de reciclagem nas casas do Conjunto Habitacional Porto Novo é uma das razões destacadas, o que se dá em função de limitações espaciais da tipologia do condomínio, inviabilizando a forma de sustento principal de muitas famílias, visto que possibilidades de outra inserção no mercado de trabalho são remotas em virtude da baixa escolaridade. Outro fator importante é a característica de tranquilidade e de um cotidiano de vida rural que a comunidade preserva, pela qual parte dos moradores criam animais como cavalos, galinhas e porcos, além de possuírem hortas para subsistência. Além disso, podemos acrescentar como característica desse deslocamento espacial uma maior segregação da cidade, pois o novo conjunto habitacional conta com menos acesso ao centro e às infraestruturas urbanas. A violência do tráfico na região do Porto Novo, também é uma problemática que passou a ser parte da vida das pessoas que foram realocadas, como podemos perceber pela fala de uma das moradoras:

Fiquei traumatizada. Com tiro e coisa, até hoje se eu ouvir bombinha deus o livre! Eu tenho pânico disso. Porque eu fiquei com muito medo, muito medo mesmo. (Moradora em depoimento sobre a vida no condomínio)

Porto Novo, em 06/11/2017).

Foi em resistência a esse cenário que alguns moradores que não queriam ser realocados e outros que decidiram voltar para a comunidade após morarem nas novas unidades habitacionais fundaram em 2015 uma nova associação de moradores chamada “Vila Dique Resiste!” (Figura 2), com o objetivo de dar continuidade à luta pela permanência e reconquistar os direitos básicos retirados pela prefeitura ao longo do processo de remoção.

A gente vive com medo. A gente quer melhorar nossa casa e o poder público não nos dá uma resposta se a gente vai ficar ou vai sair. (Moradora em depoimento sobre a atual situação, em 06/11/2017)



Atualmente a população da Vila Dique consiste de cerca de 385 famílias e 67% dos moradores vivem com renda mensal abaixo de 1 salário mínimo. Entre suas ocupações profissionais, destaca-se a reciclagem, em que atuam 33% dos moradores[4].

#### Cidade dos refletores e sobrevivência dos vaga-lumes

O modelo de produção do espaço urbano que ocorre na Vila Dique não faz parte de um caso isolado. Já está bem apurado em diversos aspectos da sociedade que a globalização e as práticas da economia

**Figura 2.** Primeira sede da associação Vila Dique Resiste! (Foto: Coletivo Muralha Rubro Negra, 2015)

4. Os dados utilizados consideram o levantamento censitário elaborado por alunos da Geografia da UFRGS, em 2015, sob coordenação da Profa. Dra. Cláudia Luísa Zeferino Pires. O levantamento censitário do IBGE de 2010 foi desconsiderado, visto que a comunidade teve alterações demográficas significativas entre 2008 e 2013. Fonte: Isabel Alves e Rai Santos (2015).

**Figura 3.** Mutirão de jardinagem na comunidade. (Foto: EMAV, 2018)

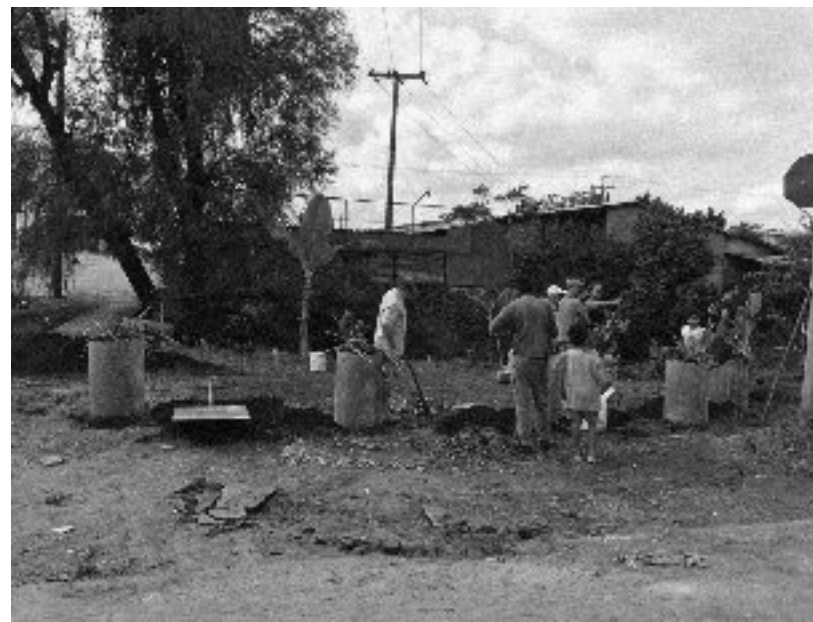
5. Das 19 obras previstas para Copa 2014 em Porto Alegre, somente 5 foram concluídas, segundo levantamento realizado em 2018. Fonte: [www2.portoalegre.rs.gov.br/portal\\_pmpa\\_novo/default.php?p\\_noticia=999194971&ASSINADO+FINANCIAMENTO+QUE+VIABILIZA+RETOMADA+DAS+OBRAS+DA+COPA](http://www2.portoalegre.rs.gov.br/portal_pmpa_novo/default.php?p_noticia=999194971&ASSINADO+FINANCIAMENTO+QUE+VIABILIZA+RETOMADA+DAS+OBRAS+DA+COPA)

neoliberal nas cidades brasileiras vêm somando mais inconvenientes do que oportunidades para a maior parte da população. Entretanto, com os grandes eventos (como a Copa de 2014), a administração pública encontrou um ambiente frutífero para intensificar os processos de fragmentação e marginalização nas cidades.

Frequentemente, o Estado tapa os ouvidos às reivindicações das populações colocadas em situação de vulnerabilidade e flexibiliza ao extremo (quando não incentiva, através de parcerias) os investimentos e interesses dos capitais internacionais. Nesse contexto, a metáfora do filósofo Didi-Huberman (2011) sobre a sobrevivência dos vaga-lumes, exemplificando o ser humano que resiste, *apesar de tudo*, é uma ferramenta que pode ajudar a elucidar esse processo e abrir um leque de outras inter-relações e interpretações sobre esse fenômeno.

Por meio do confronto entre os vaga-lumes, representando os corpos que dançam, “esgotam a vida” e ainda resistem sobre a luz ofuscante dos refletores – que seriam as forças e o “vazio do poder” da sociedade espetacularizada, que transforma tudo em mercadoria –, o autor traça um verdadeiro horizonte de atributos do biopoder. Trazendo essa metáfora para a concepção do espaço nas cidades brasileiras, consideramos “refletores” os diversos empreendimentos e as atividades econômicas que se promovem sobre a segregação urbana. São os mecanismos dos grandes eventos, como a Copa do Mundo, as grandes obras de projetos especiais que ofuscaram, com todas as forças possíveis, os *lampejos* de resistência das populações que acidentalmente estavam no caminho desses espetáculos, como corpos sendo empecilhos ao “progresso”.

Em Porto Alegre, os impactos das obras da Copa do Mundo de 2014 (em sua maioria não finalizadas[5]) ainda ocupam o noticiário e o cotidiano de milhares de pessoas. No caso da Vila Dique, a metáfora dos *vaga-lumes ofuscados pelos refletores* acontece ainda mais vigorosamente pela dinâmica de caráter rural da ocupação dos moradores, que se contrapõe aos grandes projetos e à obra de ampliação da pista do



Aeroporto Internacional Salgado Filho, iluminado por todos os cantos pelos refletores e balizadores de alto alcance. Voltando ao que diz o autor “[...] o que desaparece nessa feroz luz do poder não é senão a menor imagem ou lampejo de contrapoder”. (DIDI-HUBERMAN, 2011, p. 91)

Nesse sentido, os moradores da Vila Dique poderiam também se relacionar, de certa forma, com o personagem do homem “lento” desenhado por Santos



(1994) nas reflexões sobre técnica, tempo e espaço em contexto de globalização, do mesmo modo que o Estado, através da Copa do Mundo de 2014, entulhou a cidade de áreas urbanas “luminosas”, definidas pelo autor:

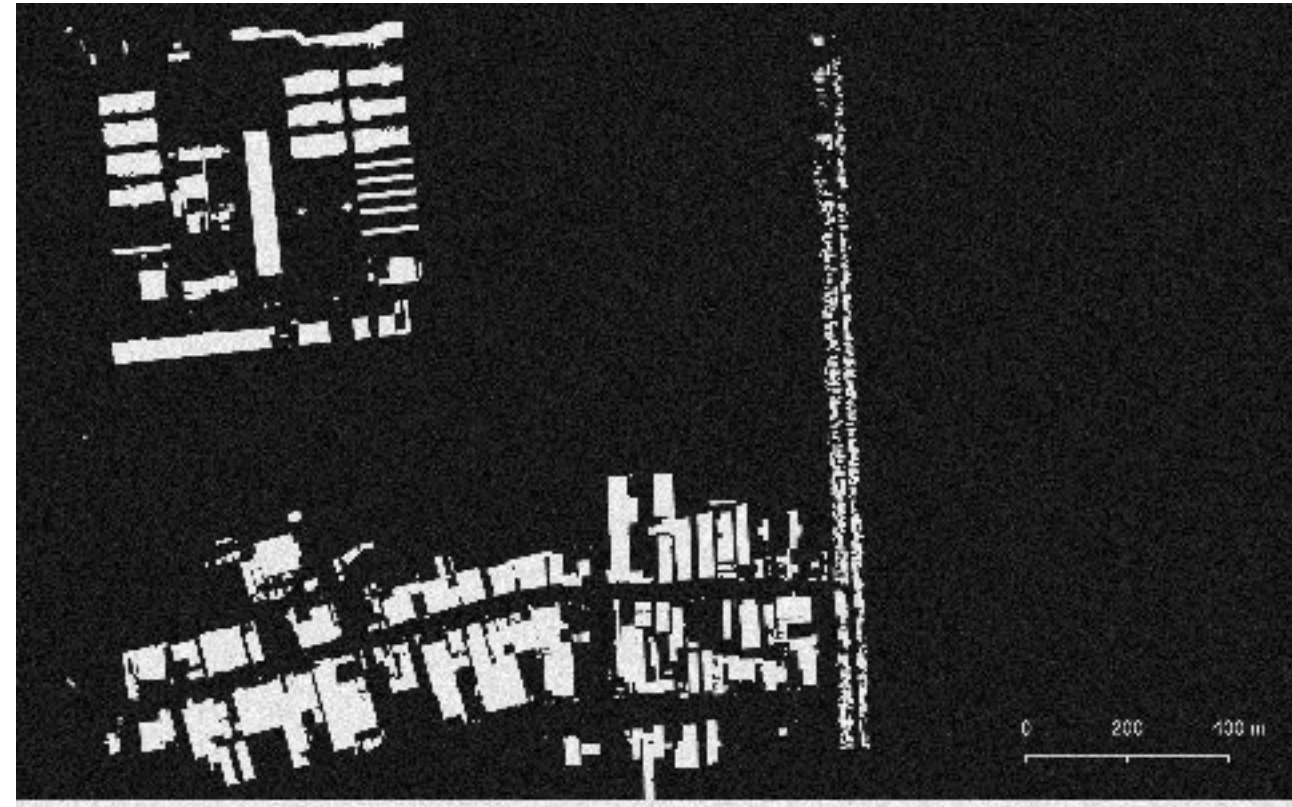
Na cidade, hoje, a “naturalidade” do objeto técnico – uma mecânica repetitiva, um sistema de gestos sem surpresa –, essa historização da metafísica, crava no organismo urbano, áreas “luminosas”, constituídas ao sabor da modernidade e que se justapõem, superpõem e contrapõem ao resto da cidade onde vivem os pobres, nas zonas urbanas “opacas”. Essas são os espaços do aproximativo e não (como as zonas luminosas) espaços da exatidão, são espaços inorgânicos, abertos e não espaços racionalizados e nacionalizadores, são espaços da lentidão e não da vertigem. (SANTOS, 1994, p.44)

Utilizaremos aqui o sentido de homens “lentos” como uma estruturação psicossocial dispar daquela encontrada pelos apoiadores externos intelectualizados e os poderes institucionalizados atuantes na vila. De nenhuma maneira o sentido julga o valor de tal “lentidão”, só quer dizer, assim como Santos (1994), que as relações sociais de comunicação e atuação política entre as áreas “opacas” das cidades são muito diferentes das “luminosas”.

Estará o planejamento urbano, como conhecemos nas últimas décadas, sendo um aliado à produção de novas áreas “luminosas”? Esse parece ser o caso da capital gaúcha, visto que nos últimos anos, os chamados Projetos Especiais têm se tornado uma prática de planejamento constante, ao mesmo tempo em que a demarcação de novas Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS) estão cada vez mais fora de debate[6]. Quando a demanda pela demarcação de uma nova ZEIS vem de ocupações em áreas de preservação ambiental, então, juntam-se ao debate um conjunto de outros atores. Sobre a instrumentalização da ecologia (e dos zoneamentos) na contramão do direito à moradia, Souza (2015) pontua:

O que é, afinal de contas, um zoneamento - encarado como uma ferramenta técnica por planejadores supostamente neutros e racionais...-, senão um instrumento geopolítico, quase sempre a serviço da valorização capitalista do espaço e até, em não poucos casos, da segregação residencial? (SOUZA, 2015, p.27)

6. Um levantamento realizado pelo Núcleo de Estudos e Pesquisas em Economia Urbana da UFRGS (Nepeu) indica que os Projetos Especiais (em função de seus impactos urbanos) têm sido utilizados como forma de contornar as restrições do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e Ambiental. Fonte: [www.ufrgs.br/economiaurbana/2018/04/23/contribuicoes-para-a-revisao-do-plano-diretor-de-desenvolvimento-urbano-e-ambiental-de-porto-alegre/](http://www.ufrgs.br/economiaurbana/2018/04/23/contribuicoes-para-a-revisao-do-plano-diretor-de-desenvolvimento-urbano-e-ambiental-de-porto-alegre/)



Mapa 1. Edificações da região, com a Vila Dique à direita. (Fonte: EMAV, 2019)

Apesar do cenário pessimista de Porto Alegre, é importante destacar que tanto os escritos sobre a sobrevivência dos vaga-lumes, quanto o personagem do homem “lento” falam também, *apesar de tudo*, sobre esperança, resistência e apontam outros caminhos para os problemas e impasses do planejamento urbano em tempos de economia globalizada.

A fim de seguirmos os próximos pontos do debate, vale lembrar que não é a intenção do presente artigo essencializar comportamentos tampouco a comunidade. O objetivo, entre outros, é pensar sobre as diversas formas de ser e estar na cidade, as diferentes temporalidades possíveis de viver nas grandes metrópoles e como podemos, levando em consideração todas essas variáveis, pensar em processos participativos e verdadeiramente democráticos. A questão é, afinal de contas, se o planejamento urbano – e os canais de participação – ainda são (ou se em algum momento foram) plataformas capazes de escutar, entender e acolher as demandas dos vaga-lumes e dos homens “lentos”?

## Participação popular na cidade dos refletores

É lugar comum a crítica de que os Planos Diretores e Estratégicos elaborados no Brasil a partir do Estatuto das Cidades são documentos com extensas listas de propostas bem-intencionadas para o desenvolvimento das cidades. No entanto, raramente são vistas estratégias de articulação para concretizar essas propostas.

As dificuldades de implantação das diretrizes de planejamento urbano vêm sendo debatidas há décadas, mas algumas condutas parecem ter virado tradição. Analisando o contexto do Rio Grande do Sul, nos anais do III Curso de Planejamento Urbano e Local, Cornely (1972) já listava uma série de impasses nas políticas de planejamento urbano daquela época, alguns deles continuam atuais:

[...] outra dificuldade se vincula às qualidades dos planos, cujos objetivos e meios são por vezes inadequados à escala do município, ou então, sua linguagem é demasiado sofisticada para a compreensão dos administradores municipais, ou, ainda, por representarem mais os ideais estéticos do planejador do que um resultado dos anseios e aspirações, bem conscientes e planejados, da comunidade [...] (CORNELY, 1972, p.123)

A participação da população, mesmo que prevista nos documentos de planejamento urbano, acontece na maior parte das vezes apenas de maneira consultiva. Os encontros são mediados por um corpo técnico que parece desconfortável e sem entusiasmo pedagógico para o diálogo, o que causa diversos entraves, já que a construção das cidades acaba sendo sempre constituída de uma maneira autoritária. Essa ausência de apreço e investimento na relação entre pedagogia e a participação popular em processos de planejamento urbano parece se estender também para os pesquisadores, visto que há relativamente pouco material teórico que busque relatar detalhadamente experiências de processos participativos ou material técnico de métodos participativos que objetivem e estimulem o debate entre e com a população.

Outro aspecto valioso que será analisado em futuros trabalhos é a distinção social entre os atores externos à comunidade (entram aí planejadores profissionais, militantes, advogados e apoiadores em geral) que estão envolvidos nos espaços de participação em diversas escalas e que impactam os rumos dos debates. Ainda que menos conservadores que muitos profissionais, esses atores muitas vezes parecem pactuar com uma visão única do que consideram como “cidade saudável”, construída a partir de um entendimento frequentemente limitado (a uma classe social e/ou nível de

7. Iniciado em 1989, em Porto Alegre, o Orçamento Participativo (OP) virou modelo de política de participação popular, recebeu prêmios internacionais e foi replicado em diversas cidades pelo mundo. Entendemos que processos como o Orçamento Participativo engajam um tipo de participação deliberativa e consultiva, a curto prazo, diferente de uma participação desejada para um processo de planejamento urbano, que necessita de um debate crítico, pedagógico e inclusivo sobre o entendimento das dinâmicas de produção do espaço e dos diversos modelos de cidade possíveis.

escolaridade) dos problemas. Quando se fala de atuações nos territórios de *vaga-lumes* então, tudo parece acontecer de um modo que acaba por estigmatizar quem não faz parte desse corpo técnico.

Ainda é importante salientar o modo como estão estruturados os encontros, além da retórica técnica e discurso mais veloz, os chamados atores externos acabam correndo o risco de fragmentar e fragilizar os laços sociais já estabelecidos entre os homens “lentos”. Há sempre um grupo de pessoas que conseguem acompanhar, mas muitos outros são deixados pelo caminho e pouco se debate sobre quais foram esses motivos para a não absorção do conteúdo debatido, sob receio de que alguns debates podem enfraquecer ou atrasar a mobilização política que está quase sempre rumo a algum objetivo concreto e/ou imediato. Em alguns casos a prática é uma espécie de acordo não acordado, nos moldes de “se organizem do meu jeito e com o meu apoio ou fiquem sozinhos”.

Fora do campo do Planejamento Urbano, as experiências com o Orçamento Participativo[7], por exemplo, são repetidamente analisadas no campo das ciências políticas, na maioria dos casos mirando as relações com o conceito de democracia participativa ou em tentativas de estimar o alcance político desses canais de participação, mas são raramente estudadas no âmbito das experiências de participação em uma análise mais qualitativa desses procedimentos. Fazendo uma crítica ao papel secundário da participação popular na concepção de direito à cidade nas políticas públicas brasileiras, Kapp (2012) pontua:

[...] a participação não é apenas uma entre outras ideias relacionadas ao direito à cidade. Ela é seu cerne. Talvez a escolha do termo seja infeliz, porque participação, independentemente do adjetivo que a qualifique (plena, verdadeira, genuína, etc.), sempre sugere uma outra instância, não composta pelos próprios “participantes”, que determina e coordena o processo. Isso vale mais ainda para a sua especificação como participação popular, pois se há o popular, deve haver o não popular. (KAPP, 2012, p. 468).

Já Steinberger (2016), fazendo uma análise do conquistado canal de participação do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano Ambiental de Porto Alegre (CMDUA), constata que os representantes das comunidades estão em desvantagem em relação aos demais conselheiros, e por fim, defende um redesenho do arranjo institucional do conselho para que se considere e se repense a relação do Estado com as organizações comunitárias e concomitantemente com as organizações que defendam os interesses ligados ao capital, visto que os conselhos deveriam ter um papel importante nas discussões e decisões políticas de desenvolvimento, mas acabam constituindo um



ritmo de deliberações que inviabiliza a participação de todos.

Essas reflexões pessimistas sobre os canais de participação citados não têm o objetivo de desmerecer ou deslegitimar o trabalho envolvido pelos técnicos na construção desses espaços, pelo contrário, é importante reconhecer que são conquistas políticas importantes da nossa democracia e precisam ser ainda mais fortalecidos. Na oportunidade de participarmos da construção desses e de novos canais, podemos adotar cada vez mais uma postura técnica de fiscalização constante pela inclusão de vozes diversificadas, pois espaços de participação considerados democráticos também podem resultar em decisões políticas supressoras e reacionárias.

Em geral, são as teóricas feministas que mais avançam na reflexão e defesa de uma postura transformadora em contexto de debates e interações sociais e democráticos. hooks (1994, p. 57), defendendo a prática de uma pedagogia crítica e relatando vivências em salas de aula multiculturais, constata a ausência de participação em aula dos alunos “marginais” e chama a atenção para três perguntas essenciais que podem enriquecer novas dinâmicas de debate e de participação que sejam mais inclusivas: *Quem fala? Quem ouve? E por quê?*. Essas três perguntas são essenciais para fazer das plataformas de debate locais onde todos sintam a responsabilidade de contribuir, valorizando cada voz individual e estimulando uma ruptura da política de dominação que também se reproduz em espaços que muitas vezes se auto intitulam espaços de participação “populares”.

### Construindo um planejamento urbano popular

A partir do conflito instaurado com a expansão da pista do Aeroporto Salgado Filho, uma reação por parte dos moradores e movimentos sociais cresceu. Após um certo período de tempo, uma antiga líder da Associação de Moradores da Vila Dique Resiste - por meio de uma líder de movimento social que já conhecia o trabalho do EMAV - nos convocou a participar do movimento de resistência às remoções e a construirmos juntos um Plano Popular de Urbanização como estratégia de permanência. Compartilhando do desejo de elaborar uma prática de planejamento urbano que



Figura 4. Mutirão de construção de praça na comunidade. (Foto: EMAV, 2019)

fosse radicalmente popular e culturalmente diverso (com a cara dos vaga-lumes) a Associação Comunitária da Vila Dique e EMAV organizaram vários encontros de formação coletiva com o objetivo de chegar a um entendimento do papel de cada ator nesse processo e de como poderiam ser conduzidas as atividades.

Num primeiro encontro, no dia 06 de setembro de 2017, foram debatidas as principais demandas e expectativas dos moradores em relação ao que seria o produto de um Plano Popular com a cara da Vila Dique. Nesse dia, após debate entre os moradores e os apoiadores, foi deliberada a necessidade de se buscar por referências de comunidades que passaram por processos semelhantes de construção coletiva para a formação de repertório sobre experiências e construir um processo participativo de caráter propositivo.

Esses encontros de formação e de aproximação com a comunidade acabaram se estendendo por 9 meses, totalizando 17 encontros, alguns se focaram nas metodologias do plano, já em outros momentos participamos como ouvintes ou apoiadores de eventos culturais, audiências públicas, fóruns regionais e mutirões organizados pela comunidade (Figura 3, 4, 5). Paralelamente a esses encontros, o EMAV realizou pesquisas em base de dados secundários, legislações e documentos de órgãos públicos e de menções à comunidade nos meios de comunicação.

O registro das vivências junto a comunidade foi um fator importante para uma compreensão mais aprofundada do papel da extensão universitária no processo da construção de um plano de urbanização que se pretendia genuinamente popular. Sempre foram constantes as discussões sobre a importância dos registros, bem como a dificuldade de realizá-los, nos mais de 10 anos de atuação em extensão universitária popular do EMAV: parte importante das memórias, lições e troca de saberes se perderam com a saída de membros do grupo, muitas vezes restando ao fim dos processos apenas fotos, desenhos técnicos e documentos burocráticos. Partindo dessa dificuldade, que parecia ser uma constante na trajetória do grupo que atua em diversas comunidades com problemáticas semelhantes às da Vila Dique, começamos a reservar parte de nossos encontros para relatar e buscar formas de sistematizar nossas experiências junto aos moradores, revendo nossas vivências na comunidade, a fim de melhorar nossa própria prática.

Na busca por uma nova forma de conduzir processos de educação popular, Holliday (2006) define algumas características do que ele propõe como *sistematização de experiências*:

A sistematização põe em ordem conhecimentos desordenados e percepções dispersas que surgiram no transcorrer da experiência. Assim, explicita intuições, intenções e vivências acumuladas ao longo do processo. Ao sistematizar, as pessoas

recuperam de maneira ordenada o que já sabem sobre sua experiência, descobrem o que ainda não sabem sobre ela, mas também revela-se o que ainda não sabiam que já sabiam. (HOLLIDAY, 2006, p. 25)

Havendo a necessidade de manter um ordenamento básico de informações que incluísse datas, relatos, *links*, análise e encaminhamentos das atividades envolvendo a comunidade, foi definido sistematizar as experiências através de uma linha do tempo colaborativa online, onde parte dos acontecimentos e pontos de debate eram constantemente adicionados de maneira transparente, com o objetivo de manter todos os apoiadores atualizados.

Essa organização dos registros foi importante em um momento de tensão na comunidade, quando, após uma assembleia convocada pelo DEMHAB, no dia 14 de maio de 2017, sem informar aos moradores qual seria o assunto abordado, a população foi surpreendida com o tema das novas realocações, desestabilizando os moradores que queriam permanecer e resistir na comunidade. Ao fim da assembleia, os moradores envolvidos na luta por permanência queriam que o grupo de apoiadores, articulados pelo Escritório Modelo, fizesse uma fala pública defendendo a construção do Plano Popular de Urbanização em oposição às casas oferecidas pela prefeitura. Mas apenas a Defensoria Pública pode fazer uma fala em defesa dos moradores que queriam permanecer. Foi um momento crítico do processo para todos, pois como em muitos processos de resistência às remoções, não havia perspectiva sobre quais eram as chances reais da comunidade permanecer, nem sobre qual seria o impacto do plano popular como ferramenta de pressão política.

Nesse momento também se estabeleceu uma nova expectativa da comunidade em relação ao papel



**Figura 5.** Atividades propositivas com as crianças. (Foto: EMAV, 2019)

**Figura 6.** Algumas imagens do banco de figuras de auxílio a representação dos temas geradores. (EMAV, 2018)

8. A metodologia foi anteriormente descrita e apresentada no XVIII ENANPUR 2019, na sessão temática de Extensão Universitária e Assistência Técnica no Campo e na Cidade. Fonte: MARTINI, Douglas (2019).

político dos apoiadores, visto que, após o afastamento de lideranças do movimento social organizado, a parte do grupo de apoiadores que permaneceu junto à comunidade buscava trabalhar mais especificamente no auxílio a interfaces organizativas e pedagógicas. A partir desse momento, os moradores, angustiados pela desarticulação da comunidade, pressionaram pela urgência da primeira assembleia do Plano Popular. Limitados por esse curto prazo de tempo para construir uma metodologia, foi da sistematização na linha do tempo que foram extraídos os 27 temas abordados pelos moradores, pela prefeitura e pela mídia nesses 9 meses trabalho dos moradores e do EMAV.

Nas primeiras dinâmicas, que duraram cerca de três meses, aconteceram os primeiros processos de construção coletiva de um entendimento sobre o território da Vila Dique, onde o principal objetivo foi a troca de saberes entre os moradores sobre a realidade vivida na comunidade, junto a debates críticos sobre os temas sempre presentes no cotidiano dos moradores[8].

Embora tenhamos como objetivo descrever a metodologia das estratégias de diagnóstico que foram utilizadas junto à comunidade da Vila Dique, entendemos que este não é um modelo padrão de metodologia que possa ser reutilizado, pois acreditamos que as estratégias têm de ser contextualizadas, debatidas e inventadas a partir de cada experiência.

A perspectiva de atuação adotada vem nutrida por muitos debates e questionamentos que o EMAV buscou construir a fim de romper com os



modelos hegemônicos (e muitas vezes heterônomos) de práticas de extensão em arquitetura e urbanismo, propondo como alternativa uma prática que seja engajada em defender processos participativos comunitários que busquem refletir sobre o potencial da autonomia da população na produção do espaço, entendendo que os moradores são os sujeitos protagonistas (e interlocutores) da transformação.

O modelo de atuação foi construído sob o entendimento de que o conhecimento se dá pelo conjunto de saberes de cada sujeito do local, partiu-se então, da metodologia pensada por Freire (1987), que faz uso de *temas geradores*, buscando atingir um trabalho dialógico, problematizante e conscientizador da população sobre seu próprio *mundo vivido*, através de



debates com o objetivo de construir um conhecimento coletivo que fundamente o entendimento do dinamismo de cada contexto social.

Pressionados pela falta de tempo, utilizamos parte dessa metodologia e adaptamos alguns aspectos para adequarmos à realidade da Vila Dique, como, por exemplo, o acréscimo de imagens junto aos temas (Figura 6), com o objetivo de tornar a dinâmica mais inclusiva e não constranger a participação dos moradores analfabetos. Em relato de uma experiência com alunos da zona rural, Freire (1983) problematiza os limites da comunicação e do ensino através de uma linguagem técnica:

Nossa linguagem técnica, que se exprime num universo de signos linguísticos próprios, pode deixar de ser alcançada por eles como o significante do significado sobre o qual falamos. Daí que as palestras sejam cada vez menos indicadas como método eficiente. Daí que o diálogo problematizador, entre as várias razões que o fazem indispensável, tenha esta mais: a de diminuir a distância entre a expressão significativa do técnico e a percepção pelos camponeses em torno do significado. (FREIRE, 1983, p. 45)

Orientada por esses princípios, a primeira etapa da construção do Plano foi desenvolvida em 3 passos:

### **1 - Apresentação dos moradores, debates e problematização sobre os temas:**

Nesse momento foi distribuída uma imagem para cada participante presente. A orientação era para que os participantes se voluntariassem, apresentando-se brevemente e contando há quanto tempo moram na comunidade e em que porção da vila residem, estabelecendo uma cartografia da participação. Esse momento de apresentação (Figura 7) virou rotina em todos encontros, pois funciona para tornar o ambiente mais informal e diminuir o constrangimento.

A escolha por distribuir imagens que representassem os temas selecionados, ao invés de palavras, além de incluir participantes analfabetos, visava possibilitar novas interpretações e perspectivas sobre possíveis novos temas, visto que as imagens têm mais possibilidades de abstração do que as palavras, podendo expandir ou até mesmo mudar o que havia sido pensado *a priori*.

Após o debate entre os participantes, quando as interpretações dos *significados* dos temas geradores se distanciaram muito do *significante* inicialmente catalogado, era revelado o tema original para iniciar um novo debate. Contudo, essa situação aconteceu apenas uma vez, quando um dos participantes recebeu uma foto de um céu nebuloso que inicialmente catalogamos como “riscos com temporal e

Figura 7. Encontro de debates sobre a comunidade. (Foto: EMAY, 2018)



vendaval”, mas que foi interpretado como “fumaça de incêndio” e acabou conduzindo para um debate interessante sobre a poluição causada pela queima de lixo na comunidade, algo que nunca havia sido um tema ao longo dos 9 meses de aproximação.

### **2 - Organização dos registros dos debates sobre os temas**

A partir dos registros das falas dos moradores, foi organizado um catálogo dos temas debatidos em formato de tabela, onde na primeira coluna estava o nome do tema, na segunda coluna os subtemas que surgiram no debate e na terceira coluna o porquê de os moradores atribuírem importância ao subtema. Ao longo dos debates alguns

moradores relataram iniciativas que já estavam sendo realizadas para solucionar problemas levantados, o que gerou uma quarta coluna, nomeada como “iniciativas”. Exemplificando a organização: dentro do tema “saúde dos moradores” (coluna 1) um subtema levantado foi a “falta de um posto de atendimento” (coluna 2), que “é importante para os moradores e foi removido pela prefeitura”(coluna 3), como iniciativa (coluna 4) a “associação de moradores prontificava-se a buscar uma solução junto à defensoria pública, solicitando a presença de uma unidade móvel de saúde na comunidade”.

Após o fim da organização, notou-se que alguns dos espaços da tabela estavam vazios, seja pela falta de

aprofundamento durante o debate, falha de registro das falas ou por não estarem sendo realizadas iniciativas sobre alguns dos subtemas considerados importantes.

### **3 - Dinâmica de conclusão do diagnóstico e “O que estamos fazendo sobre isso?”**

Para a atividade de conclusão da etapa de diagnóstico coletivo da comunidade, retomamos a tabela com os temas e subtemas para que os moradores pudessem debater novamente e completar os espaços vazios das colunas. Nesse encontro, o debate focou-se em resolver a questão: “O que estamos fazendo sobre isso?”. A pergunta foi elaborada com o objetivo de dar visibilidade para as iniciativas de autonomia dos moradores previamente catalogadas e também para provocar uma reflexão sobre a necessidade ou não de um plano para resolver todos os problemas relacionados aos temas, visto que vários dos problemas listados podem vir a ser explorados e futuramente solucionados com iniciativas autônomas dos moradores, seja através de mutirões ou através de atividades de conscientização. Ao fim da



atividade, entendeu-se que alguns dos problemas têm exclusivamente no Plano Popular a sua possível estratégia de solução, visto que necessitam de diálogo político-institucional com atores externos. Nesse mesmo dia, os moradores marcaram os próximos mutirões de construção da nova associação de moradores Vila Dique Resiste! (Figura 8).

Figura 8. Pilares e fundações da nova associação de moradores da Vila Dique. (Foto: EMAV, 2018)



### Considerações finais

Neste breve relato do processo inicial de construção de um projeto de planejamento urbano na Vila Dique, ainda sem título e sem produto definido, tentamos relatar com transparência os aspectos positivos e negativos das metodologias adotadas para auxiliar a construção de um repertório para outras práticas de planejamento urbano, que também desejam ser representativas e de vozes plurais, como o exemplo das práticas que já iniciam a jornada se auto-intitulando “populares”.

Trabalhar com o apoio dos temas geradores foi essencial para a construção de um entendimento do território da Vila Dique que fosse mais representativo e com potencial diagnóstico, visto que os moradores estavam familiarizados com os assuntos debatidos, pois foram eles que originalmente trouxeram a maioria desses assuntos.

Outro fato que merece ser ressaltado é o potencial de continuarmos explorando os temas e subtemas e a sistematização já elaborada, a fim de debater o futuro da comunidade.

Entendemos que uma das fragilidades da metodologia está na categorização de muitos assuntos que são inter-relacionados, mas essa foi uma abordagem adequada para a construção de um nivelamento do conhecimento sobre os debates na comunidade e para tentar incluir moradores não-organizados no processo, o que sempre nos instigou. Trazer a pergunta “O que estamos fazendo sobre isso?” para cada tema gerador como conclusão do diagnóstico também foi importante para organizarmos as iniciativas que já estão em andamento, principalmente para os moradores divulgarem e se articularem com autonomia e estratégia sobre outras demandas pendentes.

Até o presente momento, foram 20 meses de envolvimento com a Vila Dique, aprendemos que apesar das várias derrotas da comunidade ao longo dos últimos anos, não falta motivação, entusiasmo, resiliência e mobilização para resistir, ocupando seu território por direito há mais de 40 anos. Apesar das várias tentativas de desestabilização e retirada de direitos básicos pela prefeitura, não falta disposição para dialogar, seguir produzindo luz contra os refletores e tendo disposição para construir uma resposta à perversão das políticas urbanas vigentes. Os vaga-lumes, afinal, ainda sobrevivem.

## Referências

- ALVES**, Isabel; **SANTOS**, Rai. *Reconhecimento Territorial: caderno de mapas da Vila Dique*. Porto Alegre, Instituto de Geociências, 2015.
- CORNELY**, Seno A. *Anais do III Curso de Planejamento Urbano e Local do SERFHAU*. Ministério do Interior, 1972.
- DIDI-HUBERMAN**, Georges. *Sobrevivência dos vaga-lumes*, Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011. Trad. Vera Casa Nova e Márcia Arbex.
- FREIRE**, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. 17ª ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- FREIRE**, Paulo. *Extensão ou comunicação?*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.
- GIL**, Carmem Zeli de Vargas. *Da Vila Dique ao Porto Novo. Extensão popular, rodas de memórias e remoções urbanas*. São Leopoldo, Oikos, 2013.
- HOLLIDAY**, Oscar Jara. *Para sistematizar experiências*. 2. ed., revista. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2006.
- HOOKS**, bell. *Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade*. WMF Martins Fontes, 2013. Trad. Marcelo Cippola.
- KAPP**, Silke. *Direito ao espaço cotidiano: moradia e autonomia no plano de uma metrópole*. São Paulo, Cad. Metrop., v. 14, n. 28, 2012.
- MARTINI**, Douglas.; **SANTOS**, Bárbara.; **SILVEIRA**, Pedro Henrique.; **ROSA**, Ana Aguirre. *Planejamento Urbano Popular na Vila Dique: Construindo um diagnóstico coletivo*. In: XVIII Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional, 2019, Natal. Anais XVIII ENANPUR 2019, 2019.
- SANTOS**, Milton. *Técnica, espaço e tempo: globalização e meio técnico-científico informacional*. São Paulo: Hucitec, 1994.
- SCHUMPETER**, Joseph. *Capitalismo, Socialismo e Democracia*. Rio de Janeiro, Editora Fundo de Cultura, 1961.
- SOUZA**, Marcelo Lopes de. *Proteção Ambiental para quem? A Instrumentalização da Ecologia contra o Direito À Moradia*. In: *Mercator*, Fortaleza, v. 14, n. 4, Número Especial, p. 25-44, 2015.
- STEINBERGER**, Marília; **GOMES**, Ana Maria Isar dos Santos. *Democracia participativa na regularização fundiária urbana: o projeto Lomba do Pinheiro*, Porto Alegre. In: *Sociologias*, v. 18, p. 292-319, 2016.

**\*Ane Briscke** é Mestranda em Ciências Sociais pela PUCRS, pesquisadora e extensionista.

**Douglas Silveira Martini** é Graduando de Arquitetura e Urbanismo na UFRGS, pesquisador e extensionista.

**Igor Nicolini** é Graduando de Arquitetura e Urbanismo na UFRGS, pesquisador e extensionista.

**Nicole Brazeiro** é Graduanda de Arquitetura e Urbanismo na UFRGS, pesquisadora e extensionista.